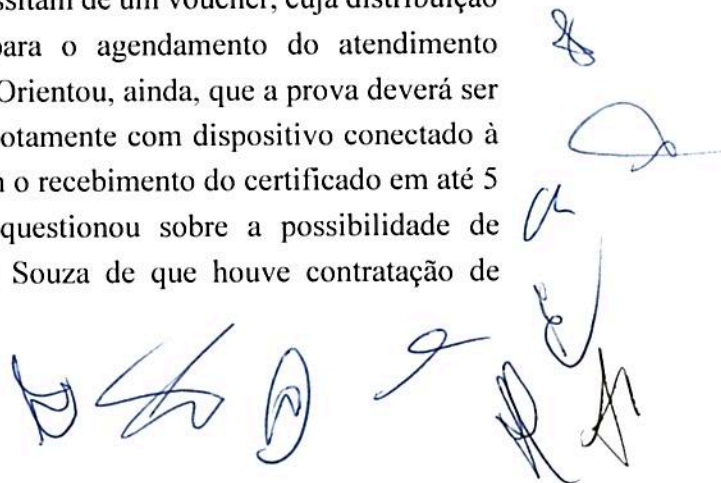


ATA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE

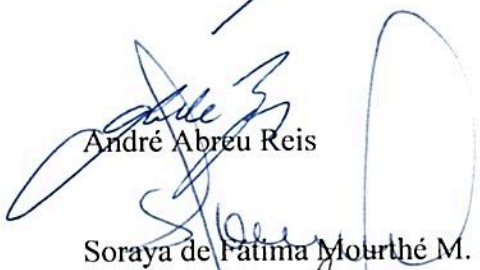
Aos vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e dois, às 14hs e 30 minutos, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio de Previdência Social, RPPS, do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente, com a participação dos seguintes conselheiros: André Abreu Reis, Eugênio Tadeu Possa, Paulo Henrique Santos Fonseca, Paulo Pereira Machado, André Christiano dos Santos, Aparecida Maria Soares Viana, Neide da Silva Resende, Leonardo Mauricio Colombini Lima, Leonardo Amaral Castro, Gustavo de Castro Magalhaes, Soraya de Fatima Mourthe Marques Lage. Também participaram o Subsecretário de Gestão Previdenciária e da Saúde do Segurado, Gleison Pereira de Souza, Rodrigo André de Almeida, responsável pela Assessoria de Investimentos e Estudos Atuariais, Roberta Ester Senna Portilho Matos, Diretora Central de Concessão de Benefícios Previdenciários e as servidoras Daniela de Melo, e Suely de Campos. O Presidente, André Reis, deu boas vindas a todos os participantes e questionou se havia alguma ponderação a ser realizada acerca da Ata da última reunião. Não havendo manifestação, passou a palavra à Roberta Senna para apresentação do Simulador de Benefícios do Portal do Segurado. A Diretora Central de Concessão de Benefícios Previdenciários explicou que esta simulação de benefício é um documento meramente informativo onde o servidor visualizará regras e datas prováveis à aposentadoria, mas não garante a concessão de qualquer benefício. Esclareceu que o serviço está disponível para todos os servidores municipais, todavia, neste primeiro momento foram previamente tratados apenas os dados funcionais dos servidores que já possuem abono de permanência ou contagem de tempo preliminar à aposentadoria, razão pela qual a simulação pelos demais servidores poderá apresentar alguma divergência, sendo possível o agendamento para maiores esclarecimentos. Roberta Senna destacou que o acesso ao Portal do Segurado, onde o Simulador de Benefícios foi disponibilizado, é realizado por meio de login e senha idênticos àqueles utilizados no acesso aos microcomputadores da PBH, orientando como localizar o serviço. Informou também ser possível realizar certos ajustes nesta simulação, tal como incluir tempos extramunicipais que o servidor ainda pretenda averbar. Esclareceu que a inclusão destes tempos também não gera efeitos legais, sendo indispensável a execução completa do procedimento de averbação de tempo atualmente exigido pela Prefeitura. Paulo Pereira questionou o objetivo da apresentação do Simulador de Benefícios tendo em vista a atual proposta de reforma previdenciária. O Subsecretário Gleison de Souza aclarou que o Simulador de Benefícios é um Projeto em desenvolvimento há algum tempo, por conta da necessidade do tratamento de dados funcionais dos servidores. Complementou que houve a parceria com a SUGESP para esta finalidade, o que só foi possível neste momento. Por fim, elucidou que a simulação apresentará as regras previdenciárias



atualmente em vigor no município e é útil para aqueles servidores que já tenham atingidos todos os requisitos por elas exigidos, advertindo que havendo alteração no regramento previdenciário as diretrizes do Simulador de Benefícios serão igualmente revisitadas. Eugênio Possa questionou acerca da Portaria de regulamentação da averbação de tempo, da manutenção da exigência de no mínimo 05 anos no cargo e do momento no qual o município solicita a compensação previdenciária, sendo as dúvidas esclarecidas pelo Subsecretário de Gestão Previdenciária e pela Diretora Central de Concessão e ambos informaram sobre a utilidade em se realizar as averbações de tempo em proximidade à aposentadoria, em razão das alterações ocasionalmente trazidas pelas legislações que determinam os requisitos básicos que as certidões de tempo devem conter. Paulo Henrique manifestou que a questão mais concreta é a proposta de reforma apresentada pelo Executivo, sugerindo marcação de reunião com esta finalidade. O Subsecretário Gleison esclareceu que referida reunião já está agendada com todas as categorias para esta finalidade para o dia 27/10, às 16 horas, e se dispôs a realizar outras tantas que se fizerem necessárias. Concluindo este assunto, passou se para o próximo item da pauta. Rodrigo de Almeida iniciou sua apresentação esclarecendo que o mercado financeiro não está favorável e os ativos no mercado americano e da Bolsa de Valores apresentaram queda impactante no resultado dos investimentos do BHPrev. Acrescentou que, apesar da volatilidade, a Carteira de Investimentos tem liquidez a longo prazo e serão mantidos os investimentos até definição do mercado acerca da taxa de juros. Informou também acerca da manutenção, até o vencimento, dos investimentos na Carteira de Títulos Públicos. Entre outras considerações sobre a rentabilidade negativa, volatilidade, elevação de taxa de juros, redução de ICMS, concluiu que foi alcançado 57.56% da meta estipulada para a Carteira, informação solicitada pela conselheira Soraya de Fatima Mourthe Marques Lage e, ainda, que o Fundo Previdenciário não necessita dos rendimentos para o pagamento de seus benefícios previdenciários, motivo pelo qual não há intenção de resgate dos investimentos. Paulo Henrique solicitou informação sobre o percentual que compõe os investimentos. Rodrigo de Almeida esclareceu que há 90% de investimento da Carteira Imunizada e 9,28% na Carteira Tática. O Assessor de Investimentos e Estudos Atuariais asseverou ainda que havendo comprometimento governamental para o controle da inflação é previsível a redução da taxa de juros. Por fim, questionou se havia dúvidas, encerrando este tópico e passando ao tema da certificação dos conselheiros. Rodrigo de Almeida observou que as provas para a certificação necessitam de um voucher, cuja distribuição ocorrerá presencialmente. Dias e horários para o agendamento do atendimento presencial serão tratados via e-mail ou celular. Orientou, ainda, que a prova deverá ser realizada até o final do mês de novembro, remotamente com dispositivo conectado à Web Cam e que a duração é de até 4 horas, com o recebimento do certificado em até 5 dias úteis. A conselheira Aparecida Viana questionou sobre a possibilidade de reprovação, sendo informada por Gleison de Souza de que houve contratação de



aplicação para um teste apenas e, em casos de reprovação, contrato e custos para a realização de um novo teste serão de responsabilidade individual. O Subsecretário Gleison informou que a próxima reunião do Conselho terá como tema a proposta de política de investimentos para o ano de 2023, informando a agenda do dia 08/11/2022 para conhecimento da minuta sobre o tema, dia 22/11/2022 para a reunião ordinária e, não havendo aprovação da política de investimentos apresentada, nova reunião no dia 29/11/2022. O conselheiro Leonardo Colombini solicitou informar se a reunião prévia será realizada presencialmente ou remotamente e, diante disso, Rodrigo Almeida se colocou à disposição para a realização de forma remota. Ao final da reunião, após a leitura da ata, o Subsecretário Gleison de Souza a colocou em deliberação, sendo aprovada por todos os conselheiros. Nada mais a ser tratado, o presidente André Reis agradeceu a presença de todos, encerrou a reunião e, às 15h47min. Eu, Daniela de Melo....., lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelos presentes.



André Abreu Reis

Soraya de Fátima Mourthé M. Lage



Leonardo Amaral Castro



Aparecida Maria Soares Viana



Paulo Pereira Machado



Neide da Silva Resende



Paulo Henrique Santos Fonseca



Gustavo de Castro Magalhaes



Leonardo Mauricio Colombini Lima



Eugênio Tadeu Possa



André Christiano dos Santos

